

ARTIGO 21º - DO MANDATO

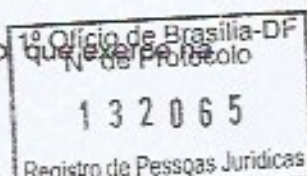
As eleições para a **Diretoria Executiva** e para o **Conselho Fiscal** realizar-se-ão de 2 (dois) em 2 (dois) anos, por chapa completa de candidatos apresentada à **Assembleia Geral**, podendo seus membros ser reeleitos.

Parágrafo Único – Em caso de formação de chapa incompleta, será marcada nova Assembleia no prazo de 60 (sessenta) dias para composição dos cargos faltantes.

ARTIGO 22º - DA PERDA DO MANDATO

A perda da qualidade de membro da **Diretoria Executiva** ou do **Conselho Fiscal** será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste **Estatuto Social**;
- III. Abandono do cargo assim considerado à ausência não justificada em 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à **Diretoria Executiva da Associação**;
- IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação;
- V. Conduta duvidosa.



Parágrafo Primeiro – Definida a justa causa, o membro da **Diretoria Executiva** ou do **Conselheiro Fiscal** será comunicado, através de notificação por meio físico ou eletrônico, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à **Diretoria Executiva**, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

Parágrafo Segundo – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

ARTIGO 23º - DA RENÚNCIA

Em caso renúncia de qualquer membro da **Diretoria Executiva** ou do **Conselho Fiscal**, o cargo será assumido interinamente por outros membros da **Diretoria Executiva** ou do **Conselho Fiscal**, respectivamente.

Parágrafo Primeiro – O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser enviada correspondência à **Diretoria Executiva** da Associação, a qual, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembleia Geral;

Parágrafo Segundo - Ocorrendo renúncia coletiva da **Diretoria Executiva** e do **Conselho Fiscal**, o **Presidente** renunciante, qualquer membro da **Diretoria Executiva** e **Conselho Fiscal** ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar

932

